

HA-JOON CHANG

# Economia: modo de usar

*Um guia básico dos principais  
conceitos econômicos*

**TRADUÇÃO**

Isa Mara Lando

Rogério Galindo



# SUMÁRIO

---

Agradecimentos

PRÓLOGO

Por que se incomodar? Por que você precisa aprender economia?

INTERLÚDIO I

Como ler este livro

PRIMEIRA PARTE: ACOSTUME-SE

1. A vida, o universo e tudo mais: o que é a economia?
2. Do alfinete à senha numérica: o capitalismo em 1776 e em 2014
3. Como foi que chegamos aqui? Uma breve história do capitalismo
4. Que desabrochem cem flores: como “fazer” economia
5. Os personagens do drama: quem são os atores econômicos?

INTERLÚDIO II

Seguindo em frente...

SEGUNDA PARTE: UTILIZAÇÃO

6. “Quanto vocês querem que seja?” Produção, renda e felicidade
7. Como cresce o seu jardim? O mundo da produção

8. Problemas no Banco Fiduciário Fidelity: finanças
9. Eu quero que a cabra do Boris morra: desigualdade e pobreza
10. Eu conheci gente que já trabalhou: trabalho e desemprego
11. Leviatã ou o rei filósofo? O papel do Estado
12. “Todas as coisas em prolífica abundância”: a dimensão internacional

## EPÍLOGO

E agora? Como podemos usar a economia para tornar nosso mundo melhor?

## Notas

## AGRADECIMENTOS

A ideia de escrever uma introdução à economia que seja de fácil acesso ao maior público possível veio primeiro da Penguin por meio do meu editor à época, Will Goodlad, no outono de 2011. Desde então, Will passou a fazer outras coisas, mas deu dicas valiosas para a formatação e a escrita do livro, mesmo numa fase em que estava intensamente envolvido no estabelecimento de um novo projeto.

O livro não poderia ter sido escrito sem Laura Stickney, minha editora. Deve ter sido difícil para ela, que teve de lidar com períodos de silêncio e com as várias versões que reescrevi dos primeiros capítulos. No entanto, ela pôs fé em mim e me levou até o fim do processo, me incentivando da maneira mais gentil e dando uma quantidade imensa de excelentes conselhos, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto no que diz respeito à parte editorial. Não teria como ser mais grato a ela.

Ivan Mulcahy, meu agente literário, deu, como sempre, dicas muito importantes. Em particular, as sugestões que fez ao ler um esboço anterior e incompleto proporcionaram vida nova ao livro, no momento em que o processo de escrita corria o risco de perder o ímpeto, e quando eu mesmo corria o risco de perder a fé que tinha no livro.

Peter Ginna, meu editor nos Estados Unidos, também deu dicas importantes, especialmente na fase final do livro.

Vários amigos me ajudaram e me incentivaram, mas três pessoas merecem menção especial. Duncan Green, William Milberg e Deepak Nayyar leram todos os capítulos (alguns deles em mais de uma versão) e

fizeram comentários bastante úteis. Eles também me ofereceram apoio moral nas fases difíceis do projeto, que foram muitas.

Felix Martin fez observações muito importantes sobre a formatação do livro desde quando era um mero plano. Ele também leu vários capítulos e fez comentários muito proveitosos. Milford Bateman leu quase todos os capítulos e fez comentários muito úteis. Finlay Green também leu a maior parte dos capítulos e sugeriu várias formas para tornar minha escrita mais acessível.

Também gostaria de agradecer a muitas pessoas que leram várias versões de capítulos ou do plano do livro e que fizeram comentários produtivos. São eles, em ordem alfabética, Aditya Chakraborty, Adriana Kocornik-Mina, Antonio Andreoni, Bhaskar Vira, Brett Scott, Carlos Lopez-Gomez, Costas Lapavistas, Daniel Tudor, David Kucera, Dimitris Milonakis, Gary Dymski, Gay Meeks, Geoffrey Hodgson, Hasok Chang, Ilene Grabel, Jeff Sommers, John Ashton, Jonathan Aldred, Michele Clara, Roger Backhouse, Sangheon Lee, Seumas Milne, Stephanie Blankenberg, Tiago Mata, Victoria Chick e Yuan Yang.

Meu orientando de doutorado e assistente de pesquisa Ming Leong Kuan me ajudou de maneira muito eficiente e criativa ao arranjar e processar os dados necessários para o livro. Dada a importância que concedi aos “números da vida real” neste estudo, a assistência de Ming Leong foi fundamental para fazer do livro o que ele é.

Durante os dois anos em que escrevi o livro, Hee-Jeong, minha mulher, Yuna, minha filha, e Jin-Gyu, meu filho, sofreram bastante, mas me deram muito amor e apoio. Hee-Jeong e Yuna também leram diversos capítulos e fizeram comentários muito convenientes. Jin-Gyu me lembrava o tempo todo de que há coisas mais importantes na vida do que a economia, como Dr. Who, Hercule Poirot e Harry Potter.

Minha pequena família na Inglaterra não seria sólida como é se não fosse o amor de nossa família estendida na Coreia. Meus sogros nos brindaram com apoio e muito carinho. Meus próprios pais foram para nós uma fonte contínua de amor e incentivo. Acima de tudo, eu não seria o que sou hoje se não fosse o sacrifício que eles fizeram e a criação que me deram. Dedico a eles o livro.

---

**PRÓLOGO**

# Por que se incomodar?

POR QUE VOCÊ PRECISA APRENDER ECONOMIA?

## Por que as pessoas não se interessam muito pela economia?

Já que abriu este livro, você provavelmente tem pelo menos algum interesse pela economia. Mesmo assim, talvez esteja lendo estas palavras com alguma apreensão. Dizem que a economia é difícil — talvez não tanto como a física, mas é também uma disciplina que exige muito. Talvez você se lembre de ter ouvido no rádio um economista apresentar um argumento que parecia questionável, mas o aceitou porque, afinal, ele é o especialista, e você nem sequer leu um livro sobre economia.

Mas será que a economia é realmente tão difícil? Não precisa ser, quando explicada em termos simples. No meu livro anterior, *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*, arrisquei em dizer que 95% da economia consiste em simples bom senso — feito de modo a parecer difícil pelo uso do jargão e da matemática.

Não é só a economia que parece ser mais difícil para as pessoas de fora do que realmente é. Em qualquer profissão que envolve alguma competência técnica — seja economia, medicina ou consertar encanamentos —, o jargão que facilita a comunicação entre os profissionais dificulta a sua comunicação com as pessoas de fora. Sendo um pouco mais cínico, todas as profissões técnicas têm um incentivo para parecerem mais complicadas do que realmente são, para poderem justificar os elevados honorários que seus praticantes cobram pelos serviços.

Mesmo considerando tudo isso, a economia tem tido um sucesso excepcional ao fazer o público geral relutar em se envolver com seu território. As pessoas expressam opiniões firmes sobre todo tipo de coisas, mesmo não tendo experiência adequada: a mudança climática, o

casamento gay, a guerra do Iraque, as usinas nucleares.

Mas quando se trata de questões econômicas, muitas pessoas não estão nem sequer interessadas, além de não terem opiniões firmes a respeito. Quando foi a última vez que você teve uma discussão sobre o futuro do euro, a desigualdade na China ou o futuro da indústria americana? Essas questões podem ter um impacto enorme em sua vida, onde quer que você viva, ao afetar, seja de maneira positiva ou negativa, as suas perspectivas de emprego, seu salário e, por fim, sua aposentadoria; mas você provavelmente nunca pensou seriamente nelas.

Essa situação curiosa se explica parcialmente pelo fato de que as questões econômicas não têm o mesmo apelo visceral que outras coisas, como o amor, o deslocamento, a morte e a guerra. Ela existe sobretudo porque, em especial nas últimas décadas, as pessoas foram levadas a acreditar que, assim como a física ou a química, a economia é uma “ciência”, em que há apenas uma resposta correta para tudo; e assim, os não especialistas devem simplesmente aceitar o “consenso profissional” e parar de pensar no assunto. Gregory Mankiw, professor de economia de Harvard e autor de um dos livros didáticos mais populares sobre o tema, diz:

Os economistas gostam de fazer pose de cientistas. Sei disso porque muitas vezes eu mesmo faço isso. Quando leciono para a graduação, conscientemente descrevo o campo da economia como uma ciência, de forma que nenhum aluno comece o curso pensando que está embarcando numa empreitada acadêmica inconsistente.<sup>1</sup>

Mas como ficará mais claro ao longo do livro, a economia nunca será uma ciência como a física ou a química. Há diversos tipos de teorias econômicas, cada uma enfatizando diferentes aspectos de uma realidade complexa, fazendo juízos de valor moral e político variados e tirando conclusões distintas. Além disso, as teorias econômicas constantemente demonstram que não conseguem prever os acontecimentos do mundo real, mesmo nas áreas em que se concentram, sobretudo porque os seres humanos têm vontade própria, ao contrário das moléculas químicas ou dos objetos físicos.<sup>2</sup>

Se não existe uma única resposta certa em economia, então não podemos deixá-la apenas para os especialistas. Isso significa que todo



cidadão responsável precisa aprender um pouco de economia. Não quero dizer com isso que alguém deva pegar um grosso volume e absorver um determinado ponto de vista econômico. O que é necessário é aprender economia de tal forma que a pessoa fique consciente de diferentes tipos de argumentos econômicos e desenvolva a faculdade crítica de julgar qual argumento faz mais sentido numa dada circunstância econômica e em vista de quais valores morais e objetivos políticos (note que não estou dizendo “qual argumento está correto”). Isso requer um livro que discuta economia de uma forma que ainda não foi tentada, e creio que é isso que este livro faz.

## De que maneira este livro é diferente?

Por que este livro é diferente de outros na introdução à economia?

Uma das diferenças é que eu levo os meus leitores a sério. E digo isso com toda a convicção. Este livro não é uma versão digerida de alguma verdade absoluta complexa. Apresento aos meus leitores diversas formas de analisar a economia, acreditando que eles são perfeitamente capazes de julgar as várias abordagens. Não fujo da discussão das questões metodológicas mais fundamentais da economia, tais como se ela pode ser uma ciência, ou qual o papel que os valores morais desempenham (e devem desempenhar) na economia. Sempre que possível, tento revelar as suposições subjacentes às diferentes teorias econômicas, de modo que o leitor possa julgar por si mesmo até que ponto cada uma é realista e plausível. Também digo aos meus leitores de que forma os números são definidos e reunidos na economia, instando-os a não considerá-los como algo tão objetivo, digamos, quanto o peso de um elefante ou a temperatura de uma panela de água.\*

Em suma, tento explicar ao meu leitor como pensar, em vez de o que pensar.

Mas envolver o leitor no nível mais profundo de análise não significa que o livro será difícil. Não há nada aqui que o leitor não possa entender, se tiver instrução secundária. Tudo que peço é a curiosidade de descobrir o que realmente está acontecendo e a paciência para ler alguns parágrafos de uma vez.

Outra diferença fundamental em relação a outros livros de economia é

que trago muitas informações sobre o mundo real. E quando digo “mundo”, me refiro de fato ao mundo. Este livro fornece informações sobre diversos países. E isso não quer dizer que todos os países devem receber a mesma atenção. Mas, ao contrário da maioria dos livros de economia, as informações não vão se limitar a um ou dois países ou a um só tipo de país (digamos, países ricos ou países pobres). Grande parte das informações apresentadas serão números: qual o tamanho da economia mundial, que parte dela é produzida pelos Estados Unidos ou pelo Brasil, que proporção da sua produção a China ou a República Democrática do Congo investem, quanto tempo as pessoas trabalham na Grécia ou na Alemanha. Mas esses dados serão complementados com informações qualitativas sobre arranjos institucionais, antecedentes históricos, iniciativas típicas etc. Minha esperança é que, ao chegar ao final deste livro, o leitor possa afirmar que ganhou uma noção de como a economia funciona no mundo real.

“E agora, algo completamente diferente...”\*\*

---

\* Mas note que os cientistas lhe dirão que até mesmo esses números não são totalmente objetivos se você lhes perguntar. (Esta e as demais notas chamadas por asterisco são do autor.)

\*\* Como eles costumavam dizer no *Monty Python's Flying Circus*.

---

INTERLÚDIO I

# Como ler este livro

Sei que nem todos os leitores estão dispostos a gastar muito tempo neste livro, pelo menos de início. Portanto, sugiro várias maneiras de lê-lo, dependendo de quanto tempo você acha que pode gastar.

*Se você tem dez minutos:* Leia os títulos dos capítulos e a primeira página de cada capítulo. Se eu tiver sorte, no fim desses dez minutos você pode descobrir de repente que tem umas duas horas de sobra.

*Se você tem umas duas horas:* Leia os capítulos 1 e 2 e em seguida o Epílogo. Folheie o resto.

*Se você tem meio dia:* Leia apenas os títulos das seções e os resumos em itálico que ocorrem a cada parágrafo. Se você lê depressa, também pode assimilar rapidamente a parte introdutória e as observações finais de cada capítulo.

*Se você tem tempo e paciência para ler o livro todo, do início ao fim:* Por favor, faça isso. Essa será a forma mais eficaz. E você vai me deixar muito feliz. Mas mesmo assim você pode ignorar os trechos que não lhe interessam muito e ler apenas os títulos das seções nesses trechos.

---

PRIMEIRA PARTE

# Acostume-se

---

CAPÍTULO 1

# A vida, o universo e tudo mais

O QUE É A ECONOMIA?

O que é a economia?

Um leitor que não esteja familiarizado com o assunto poderia imaginar que é o estudo das condições econômicas. Afinal, a química é o estudo dos elementos químicos, a biologia é o estudo dos seres vivos, a sociologia é o estudo da sociedade; portanto, a economia deve ser o estudo da atividade econômica.

Mas segundo alguns livros de economia dos mais populares da nossa época, a economia é muito mais que isso. Segundo eles, a economia trata da Pergunta Final — “A vida, o universo e tudo mais” como diz *O guia do mochileiro das galáxias*, uma comédia de ficção científica de Douglas Adams, adaptada para o cinema em 2005, com Martin Freeman, o Hobbit, no papel principal.

Segundo Tim Harford, jornalista do *Financial Times* e autor do best-seller *The Undercover Economist* [O economista secreto], a economia trata da vida — e o nome que ele deu ao seu segundo livro é *A lógica da vida*.

Até agora nenhum economista afirmou que a economia pode explicar o universo. O universo continua sendo, por enquanto, o terreno dos físicos, que há séculos servem de modelo para a maioria dos economistas, no desejo de fazer do seu tema uma verdadeira ciência.<sup>i</sup>

Mas alguns economistas chegaram perto disso — já afirmaram que a economia trata do “mundo”. Por exemplo, o subtítulo do segundo volume da série popular *O naturalista da economia* de Robert Frank é *Como a economia ajuda a fazer sentido no seu mundo*. Depois, há também o “tudo”. O subtítulo de *A lógica da vida* é *Descobrimo a nova economia em tudo*. Segundo o subtítulo de *Freakonomics*, de Steven Levitt e Stephen Dubner — provavelmente o livro de economia mais conhecido do nosso tempo —, o estudo explora *O lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. Robert Frank concorda, embora seja muito mais modesto na sua afirmação. No

subtítulo do seu primeiro livro da série *O naturalista da economia*, ele disse apenas *Por que a economia explica quase tudo* (grifo meu).

Sendo assim, lá vamos nós. A economia trata (quase) da vida, do universo e de tudo mais.<sup>ii</sup>

Quando pensamos nisso, essa é uma alegação e tanto vinda de uma disciplina que tem falhado espetacularmente naquilo que a maioria dos não economistas acha que é a sua principal tarefa, ou seja, explicar a economia.

No período que antecedeu a crise financeira de 2008, a maioria dos economistas pregava que os mercados raramente erram e que a economia moderna encontrou maneiras de alisar aquelas poucas rugas que os mercados podem ter; Robert Lucas, ganhador do prêmio Nobel de economia de 1995,<sup>iii</sup> havia declarado em 2003 que o “problema de prevenção da depressão foi resolvido”.<sup>3</sup>

Assim, grande parte dos economistas foi apanhada totalmente de surpresa pela crise financeira global de 2008.<sup>iv</sup> Não só isso, eles também não têm conseguido apresentar soluções decentes para os desdobramentos ainda em curso dessa crise.

Em vista de tudo isso, a economia parece sofrer de um sério caso de megalomania — como é possível uma disciplina que não consegue nem mesmo explicar muito bem a sua própria área ter a pretensão de explicar (quase) tudo?

## Os estudos econômicos são a análise das escolhas racionais humanas...

Você pode pensar que estou sendo injusto. Afinal, todos esses livros não visam ao mercado de massa, onde a competição por leitores é feroz e, portanto, os editores e os autores são tentados a exagerar as coisas? Certamente você poderia pensar que um discurso acadêmico sério não iria fazer uma afirmação tão grandiosa, alegando que sua disciplina trata de “tudo”.

É verdade que esses títulos *são* sensacionalistas. Mas o interessante é que são sensacionalistas de uma determinada maneira. O exagero poderia ter sido algo na linha de “como os estudos econômicos explicam tudo sobre a economia”, mas em vez disso, são do tipo “como os estudos



econômicos podem explicar não apenas a economia mas todo o resto também”.

Os exageros ocorrem devido à maneira como a escola atualmente dominante da economia, isto é, a chamada escola neoclássica, define os estudos econômicos. A definição neoclássica padrão de estudos econômicos, variantes da qual ainda são usadas, é dada no livro de Lionel Robbins de 1932, *Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica*. No livro, Robbins define os estudos econômicos como “a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos”. Nessa visão, a economia é definida pela sua abordagem teórica, e não pelo seu tema. A economia é um estudo da *escolha racional*, isto é, da escolha feita com base num cálculo deliberado, sistemático, de até que ponto os fins podem ser satisfeitos usando meios inevitavelmente escassos. O objeto do cálculo pode ser qualquer coisa — casar, ter filhos, o crime ou o vício em drogas, assunto sobre o qual escreveu Gary Becker, famoso economista de Chicago e vencedor do prêmio Nobel de economia de 1992 — e não apenas questões “econômicas” como os não economistas iriam defini-las, tais como emprego, dinheiro ou comércio internacional. Quando Becker intitulou seu livro de 1976, *The Economic Approach to Human Behaviour* [Abordagem econômica do comportamento humano], ele estava de fato declarando, sem sensacionalismo, que a economia realmente trata de “tudo”.

Essa tendência de aplicar a abordagem econômica a tudo, chamada pelos seus críticos de “imperialismo da economia”, atingiu seu ápice recentemente em livros como *Freakonomics*. Muito pouco do *Freakonomics* trata realmente de questões econômicas tal como a maioria das pessoas iria defini-las. O livro fala sobre lutadores japoneses de sumô, professoras primárias americanas, traficantes de Chicago, participantes do programa de perguntas de TV *The Weakest Link*, corretores de imóveis e a Ku Klux Klan.

A maioria dos leitores iria pensar (e os autores também reconhecem) que nenhuma dessas pessoas, exceto os corretores de imóveis e os traficantes, tem a ver com a economia. Mas do ponto de vista da maioria dos economistas de hoje, a maneira como os lutadores de sumô conspiram para ajudar uns aos outros, ou como os professores americanos falsificam as notas dos seus alunos para melhorar sua

avaliação no emprego são temas tão legítimos da economia como discutir se a Grécia deve continuar na zona do euro, a disputa da Samsung e da Apple pelo mercado de smartphones ou como reduzir o desemprego dos jovens na Espanha (que está em mais de 55% no momento em que escrevo). Para esses economistas, essas questões “econômicas” não têm posição privilegiada na economia; são apenas parte das muitas coisas (ah, esqueci, parte de “tudo”) que a economia pode explicar, porque definem o assunto em termos da sua abordagem teórica, e não do seu objeto de estudo.

... ou são o estudo da economia?

Uma definição alternativa óbvia dos estudos econômicos, que venho implicando aqui, é que eles são o estudo da economia. Mas, afinal, *o que é economia?*

*Economia trata do dinheiro — mas será mesmo?*

A resposta mais intuitiva para a maioria dos leitores pode ser que a economia trata de qualquer coisa que tenha a ver com o dinheiro — não tê-lo, ganhá-lo, gastá-lo, ficar sem ele, guardá-lo, tomá-lo emprestado, pagar o empréstimo. Isso não está 100% certo, mas é um bom ponto de partida para pensar sobre a economia — e os estudos econômicos.

Agora, quando dizemos que a economia trata do dinheiro, não estamos realmente falando do dinheiro físico. O dinheiro físico — seja em notas, moedas de ouro ou enormes pedras, praticamente impossíveis de mover, que eram usadas como dinheiro em algumas ilhas do Pacífico — é apenas um símbolo. O *dinheiro* é um símbolo daquilo que outras pessoas devem a você, ou daquilo que você reivindica como seu direito a determinadas quantidades dos recursos da sociedade.<sup>4</sup>

A maneira como o dinheiro e os outros direitos financeiros — tais como ações, derivativos e outros produtos financeiros complexos, que explicarei em capítulos posteriores — são criados, vendidos e comprados constitui uma enorme área da economia, chamada economia financeira. Hoje em dia, em vista da predominância da indústria financeira em

muitos países, muita gente crê que economia equivale à economia financeira; mas, na verdade, esta é apenas uma pequena parte da economia.

O seu dinheiro — ou os direitos que você reivindica sobre os recursos — pode ser gerado de diversas maneiras. E grande parte dos estudos econômicos trata (ou deveria tratar) dessas maneiras.

### *A maneira mais comum de obter dinheiro é ter um emprego*

A maneira mais comum de obter dinheiro — a menos que você tenha nascido numa família com dinheiro — é ter um emprego (incluindo ser seu próprio patrão) e ganhar dinheiro com isso. Sendo assim, grande parte da economia trata dos *empregos*. Podemos refletir sobre os empregos a partir de diferentes perspectivas.

O emprego pode ser entendido do ponto de vista do trabalhador individual. Se você consegue ou não um emprego e quanto você recebe por ele depende das habilidades que você possui e da demanda que existe para elas. Você pode obter um salário altíssimo porque tem habilidades muito raras, como Cristiano Ronaldo, o jogador de futebol. Você pode perder seu emprego (ou ficar desempregado) porque alguém inventa uma máquina capaz de fazer o que você faz cem vezes mais rápido — como aconteceu com o sr. Bucket, o pai de Charlie, que fechava as tampinhas nos tubos de pasta de dente, no filme *A fantástica fábrica de chocolate* (2005), versão do livro de Roald Dahl.<sup>v</sup> Ou então você tem que aceitar um salário mais baixo ou piores condições de trabalho porque sua empresa está perdendo dinheiro, devido a importações mais baratas, digamos da China, e assim por diante. Portanto, para poder compreender os empregos mesmo em nível individual, precisamos nos informar sobre as qualificações, a inovação tecnológica e o comércio internacional.

Os salários e as condições de trabalho também são profundamente afetados por decisões “políticas” que mudam a própria abrangência e as características do mercado de trabalho (escrevi “políticas” entre aspas porque, no fim das contas, o limite entre economia e política é indistinto, mas isso é um assunto que fica para depois — veja o capítulo 11). A adesão dos países do Leste à União Europeia vem tendo um enorme impacto sobre os salários e o comportamento dos trabalhadores da Europa ocidental, ao ampliar repentinamente a oferta de mão de obra

nos seus mercados de trabalho. As restrições ao trabalho infantil no final do século XIX e início do XX teve o efeito oposto, de diminuir a faixa de mão de obra disponível — de repente, uma grande proporção dos possíveis empregados foi excluída do mercado de trabalho. As normas sobre horas de trabalho, condições e salário mínimo são exemplos menos dramáticos de decisões “políticas” que afetam nossos empregos.

### *Há também muitas transferências de dinheiro ocorrendo na economia*

Além de manter um emprego, você pode obter dinheiro através de *transferências* — ou seja, simplesmente receber dinheiro. Isso pode ocorrer tanto sob a forma de dinheiro vivo ou “em espécie”, ou seja, com o fornecimento direto de determinados bens (por exemplo, alimentos) ou serviços (por exemplo, educação primária). Seja em dinheiro ou em espécie, essas transferências podem ser feitas de diversas maneiras.

Existem transferências feitas por “pessoas que você conhece”. Os exemplos incluem o sustento dos pais aos filhos, as pessoas que cuidam de familiares idosos, os presentes de membros da comunidade local, digamos para o casamento da sua filha.

Há também as doações de caridade, ou seja, transferências voluntárias feitas para estranhos. As pessoas — às vezes individualmente, às vezes coletivamente (por exemplo, através de empresas ou de associações de voluntários) — doam para instituições de caridade que ajudam os outros.

Em termos de quantidade, as doações ficam atrás, em muitas ordens de grandeza, das transferências feitas através dos governos, que cobram impostos de algumas pessoas para subsidiar outras. Assim, grande parte da economia trata, naturalmente, dessas coisas — ou seja, das áreas da economia conhecidas como economia pública.

Mesmo em países muito pobres há alguns esquemas governamentais para dar dinheiro ou bens em espécie (por exemplo, cereais gratuitos) para os que estão nas piores posições (por exemplo, idosos, deficientes, miseráveis). Mas as sociedades mais ricas, em especial da Europa, têm esquemas de transferência muito mais abrangentes e mais generosos nas quantidades. Isso é conhecido como *estado de bem-estar social* e se baseia na *tributação progressiva* (os que ganham mais pagam uma parte proporcionalmente maior da sua renda em impostos) e nos *benefícios universais* (em que todos, não apenas os mais pobres ou os deficientes,

têm direito a uma renda mínima e aos serviços básicos, tais como educação e atendimento à saúde).

*Os recursos obtidos ou transferidos são consumidos em bens ou serviços*

Uma vez que você ganha acesso aos recursos, seja por meio de um emprego ou de transferências, você passa a consumi-los. Como somos seres humanos, precisamos consumir certa quantidade mínima de alimentos, roupas, energia, habitação e outros *bens* para satisfazer as nossas necessidades básicas. E então consumimos outros bens para necessidades mentais “superiores” — livros, instrumentos musicais, equipamentos de ginástica, televisores, computadores e assim por diante. Também compramos e consumimos *serviços* — uma viagem de ônibus, um corte de cabelo, um jantar num restaurante ou até mesmo férias no exterior.<sup>5</sup>

Assim, boa parte dos estudos econômicos é dedicada ao estudo do *consumo* — de que maneira as pessoas alocam dinheiro entre diferentes tipos de bens e serviços, como escolhem entre variedades concorrentes do mesmo produto, como são manipuladas e/ou informadas pela publicidade, como as empresas gastam dinheiro para construir sua “imagem da marca” e assim por diante.

*Em última análise, os bens e serviços têm de ser produzidos*

Para que possam ser consumidos, esses bens e serviços precisam ser, em primeiro lugar, produzidos — os bens em fazendas e fábricas, os serviços em escritórios e lojas. Esse é o domínio da *produção* — uma área da economia que tem sido bastante negligenciada desde que a escola Neoclássica, que ressalta a troca e o consumo, passou a predominar, na década de 1960.

Nos livros didáticos de economia, a produção aparece como uma “caixa preta”, na qual, de alguma forma, certas quantidades de *trabalho* (feito pelos seres humanos) e de *capital* (máquinas e ferramentas) são combinadas para produzir os bens e os serviços. Pouco se reconhece que a produção consiste em muito mais do que combinar algumas quantidades abstratas chamadas trabalho e capital e envolve acertar em

muitos fatores práticos. E estas são coisas que a maioria dos leitores não associa aos estudos econômicos, apesar da sua importância fundamental para a economia: como a fábrica se organiza fisicamente, como controlar os trabalhadores ou lidar com os sindicatos, como melhorar sistematicamente as tecnologias utilizadas, por meio da pesquisa.

Grande parte dos economistas fica feliz em deixar o estudo dessas coisas para “outras pessoas” — engenheiros e gerentes. Mas, pensando bem, a produção é a base essencial de qualquer economia. Com efeito, as mudanças na esfera da produção geralmente têm sido as causas mais poderosas de mudança social. O nosso mundo moderno foi constituído por uma série de mudanças nas tecnologias e nas instituições relativas à esfera da produção que foram feitas desde a Revolução Industrial. A profissão de economista, e todos nós cuja visão da economia provém dos estudos econômicos, precisamos dar muito mais atenção à produção do que ocorre atualmente.

## Considerações finais: os estudos econômicos como a análise da economia

Creio que os estudos econômicos não devem ser definidos em termos da sua metodologia, nem da sua abordagem teórica, mas de seu objeto de estudo, como acontece com todas as outras disciplinas. O tema dos estudos econômicos deveria ser a economia — a qual envolve dinheiro, trabalho, tecnologia, comércio internacional, impostos e outras coisas relativas às formas como produzimos bens e serviços, distribuimos os rendimentos gerados nesse processo e consumimos as coisas assim produzidas — em vez de “a vida, o universo e tudo mais” (ou “quase tudo”), como pensam muitos economistas.

Definir os estudos econômicos dessa maneira torna este livro diferente da maioria dos outros sobre o mesmo assunto de uma maneira fundamental.

Como eles definem os estudos econômicos em termos da sua metodologia, a maioria dos livros da área assume que existe apenas uma maneira correta de “praticar economia” — isto é, a abordagem neoclássica. Os piores exemplos nem sequer mencionam que existem outras escolas diferentes da neoclássica.

Ao definir os estudos econômicos em termos do seu assunto, este livro destaca o fato de que há muitas maneiras diferentes de praticar a economia, cada uma com suas ênfases, seus pontos cegos, seus pontos fortes e fracos. Afinal, o que queremos dos estudos econômicos é a melhor explicação possível de vários fenômenos econômicos, e não uma “prova” constante de que uma determinada teoria econômica pode explicar não apenas a economia, mas “tudo”.

## DICAS DE LEITURA

---

BACKHOUSE, R. *The Puzzle of Modern Economics: Science or Ideology?* Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FINE, B.; MILONAKIS, D. *From Economics Imperialism to Freakonomics: The Shifting Boundaries between Economics and the Other Social Sciences*. Londres: Routledge, 2009.

---

i Isso é conhecido como “inveja da física”.

ii Aliás, isso deve facilitar muito o trabalho dos economistas, porque nós já sabemos a resposta à pergunta final: a resposta é 42. Mas vamos deixar esse assunto de lado por enquanto.

iii O prêmio Nobel de economia não é um verdadeiro prêmio Nobel. Ao contrário dos prêmios Nobel originais (física, química, fisiologia, medicina, literatura e paz), criados pelo industrial sueco Alfred Nobel no final do século XIX, o prêmio de economia foi criado pelo Banco Central Sueco (Sveriges Riksbank) em 1968, e portanto é chamado oficialmente de prêmio Sveriges Riksbank em ciências econômicas em memória de Alfred Nobel.

iv Mas isso não teria surpreendido o falecido John Kenneth Galbraith (1908-2006), que disse certa vez, fazendo blague, que “a única função das previsões econômicas é tornar a astrologia respeitável”.

v No livro, o sr. Bucket perde o emprego porque a fábrica faliu, e não porque ela comprou uma máquina para substituí-lo.

---

CAPÍTULO 2

# Do alfinete à senha numérica

O CAPITALISMO EM 1776 E EM 2014



## Do alfinete à senha numérica

Qual foi o primeiro assunto de um texto de economia? O ouro? As terras? Os bancos? Ou o comércio internacional?

A resposta é o alfinete.

Aquele pequenino objeto metálico que a maioria de vocês *não* usa — a menos que costure suas próprias roupas.

A fabricação do alfinete é tema do primeiro capítulo do livro que, por consenso (embora equivocadamente),<sup>6</sup> é considerado a primeira obra de estudos econômicos, isto é, *A riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, de Adam Smith (1723-90).

Smith começa seu livro argumentando que a principal fonte de aumento da riqueza reside no aumento da produtividade por meio de uma maior *divisão do trabalho*, que se refere à divisão dos processos de produção em partes menores, especializadas. Ele afirma que isso aumenta a produtividade de três maneiras. Em primeiro lugar, ao repetirem as mesmas uma ou duas tarefas, os trabalhadores melhoram mais rapidamente sua perícia (“A prática leva à perfeição”). Em segundo lugar, ao se especializar, o trabalhador não precisa perder tempo se movimentando — física e mentalmente — entre diferentes tarefas (reduzindo os “custos de transição”). E ainda, não menos importante, uma subdivisão mais detalhada do processo torna cada passo mais fácil de ser automatizado e, assim, ser realizado a uma velocidade sobre-humana (mecanização).

E para ilustrar esse ponto, Smith discute como dez pessoas que dividem o processo de produção de um alfinete entre si e se especializam em um ou dois desses subprocessos podem produzir diariamente 48 mil alfinetes (ou 4800 alfinetes por pessoa). Compare isso, observa Smith,

com o máximo de vinte alfinetes que cada uma delas consegue produzir por dia se cada operário realizar todo o processo sozinho.

Smith definiu a fabricação de alfinetes como um exemplo “pequeno e banal”, e mais tarde observa como é mais complicada a divisão de trabalho para outros produtos, mas não há como negar que ele vivia numa época em que dez pessoas trabalhando em conjunto para fabricar um alfinete ainda era considerado algo “avançado” — pelo menos o suficiente para iniciar seu clássico estudo sobre um assunto que era então de ponta.

Os dois séculos e meio seguintes viram desenvolvimentos radicais na tecnologia, impulsionados pela mecanização e pelo uso de processos químicos, inclusive na fabricação de alfinetes. Duas gerações depois de Adam Smith, a produção por trabalhador já havia quase dobrado. Seguindo o exemplo de Smith, Charles Babbage, matemático oitocentista conhecido como o pai conceitual do computador, estudou fábricas de alfinetes em 1832.<sup>i</sup>

Ele descobriu que elas estavam produzindo cerca de 8 mil alfinetes por operário por dia. Passados mais 150 anos de progresso tecnológico, a produtividade aumentou em mais cem vezes, para 800 mil alfinetes por trabalhador por dia, de acordo com um estudo de 1980 do falecido Clifford Pratten, economista de Cambridge.<sup>7</sup>

O aumento da produtividade na fabricação de um mesmo produto, como o alfinete, é apenas uma parte da história. Hoje, nós produzimos tantas coisas que no tempo de Adam Smith só podiam existir em sonhos, como a máquina de voar, ou o que as pessoas não poderiam nem mesmo imaginar, como o microchip, o computador, o cabo de fibra óptica e inúmeras outras tecnologias de que nós precisamos até para inserir nossa senha numérica.

## Tudo muda: como mudaram os atores e as instituições do capitalismo

Não foram apenas as tecnologias de produção — ou seja, como as coisas são fabricadas — que mudaram entre a época de Adam Smith e a nossa. *Os atores econômicos* — isto é, os envolvidos nas atividades econômicas — e as *instituições econômicas* — ou regras relativas à organização da

produção e de outras atividades econômicas — também passaram por transformações fundamentais. A economia britânica no tempo de Adam Smith, que ele chamava de “sociedade comercial”, tinha algumas semelhanças fundamentais com as que encontramos na maioria das economias atuais. Caso contrário, sua obra seria irrelevante. Ao contrário da maioria das outras economias da época (as outras exceções sendo Holanda, Bélgica e partes da Itália), ela já era “capitalista”.

Assim, o que é a economia capitalista ou o *capitalismo*? É uma economia em que a produção é organizada em busca de lucro e não do consumo próprio (como ocorre na *agricultura de subsistência*, em que a pessoa cultiva seu próprio alimento) ou para obrigações políticas (como nas sociedades feudais ou nas economias socialistas, nas quais as autoridades políticas, respectivamente os aristocratas e as autoridades do planejamento central, dizem o que cada um deve produzir).

O *lucro* é a diferença entre o que você ganha vendendo no mercado (a chamada receita de vendas, ou simplesmente *receita*) e o *custo* de todos os insumos que entraram na produção. No caso da fábrica de alfinetes, o lucro seria a diferença entre a receita da venda dos alfinetes e os custos da fabricação — o fio de aço que foi transformado em alfinetes, os salários dos trabalhadores, o aluguel do edifício da fábrica e assim por diante.

O capitalismo é organizado pelos capitalistas, ou seja, os que possuem *bens de capital*. Os bens de capital também são conhecidos como *meios de produção* e se referem aos insumos duráveis do processo de produção (por exemplo, máquinas, mas não matérias-primas). No uso diário, também empregamos o termo “capital” para o dinheiro investido em um negócio.<sup>ii</sup>

Os capitalistas possuem os meios de produção de modo direto ou, mais comum atualmente, de forma indireta, por possuir *ações* de uma empresa — isto é, direitos proporcionais sobre o valor total da empresa — que possui os meios de produção. Os capitalistas contratam pessoas numa base comercial para operar os meios de produção. Estas são chamadas *trabalhadores assalariados*, ou simplesmente *trabalhadores*. Os capitalistas obtêm lucro produzindo bens e os vendendo a outros no *mercado*, que é onde bens e serviços são comprados e vendidos. Adam Smith acreditava que a *concorrência* entre vendedores no mercado garante que os produtores, visando ao lucro, produzam ao custo mais baixo possível, beneficiando assim a todos.

No entanto, as semelhanças entre o capitalismo de Smith e o capitalismo atual não vão muito além desses aspectos básicos. Há diferenças enormes entre as duas épocas em termos de como essas características essenciais — a propriedade privada dos meios de produção, a busca do lucro, o emprego assalariado e as trocas no mercado — são efetivamente traduzidas em realidade.

### *Os capitalistas são diferentes*

No tempo de Adam Smith, as fábricas (e fazendas) em geral eram de propriedade e administradas por um só capitalista, ou por sociedades compostas por um pequeno número de indivíduos que conheciam e compreendiam uns aos outros. Esses capitalistas costumavam se envolver pessoalmente na produção — muitas vezes presentes fisicamente na fábrica, dando ordens aos seus operários, xingando e até mesmo batendo neles.

Hoje a maioria das fábricas pertence e é operada por pessoas “não naturais”, ou seja, por corporações. Essas corporações são “pessoas” apenas no sentido legal. Elas, por sua vez, pertencem a uma multidão de indivíduos, que compram ações e são proprietárias parciais delas. Mas ser acionista não transforma você num capitalista no sentido clássico. Possuir trezentas dos 300 milhões de ações da Volkswagen não lhe dá o direito de tomar um avião até a fábrica da Volks, digamos, em Wolfsburg, na Alemanha, e dar ordens aos “seus” trabalhadores na “sua” fábrica durante um milionésimo do tempo de trabalho deles. A propriedade da empresa e o controle das suas operações ficam amplamente separados nas grandes empresas.

Os proprietários na maioria das grandes empresas de hoje só têm *responsabilidades limitadas*. Em uma sociedade de responsabilidade limitada (Ltda.) ou em uma sociedade anônima (s.a.), se algo der errado com a empresa, os acionistas só perdem o dinheiro investido nas suas ações, e nada mais. Na época de Adam Smith, a maioria dos donos de empresas tinha responsabilidades ilimitadas, isto é, quando a firma fracassava eles tinham que vender seus bens pessoais para pagar as dívidas; do contrário, acabavam na prisão dos devedores.<sup>iii</sup>

Smith era contra o princípio da responsabilidade limitada. Ele argumentava que aqueles que administram empresas de

responsabilidade limitada sem possuí-las brincam com “o dinheiro dos outros” (sua expressão, título de uma peça famosa e depois de um filme de 1991, estrelado por Danny DeVito); portanto, não serão tão vigilantes na sua gestão como aqueles que têm tudo a perder.

As empresas hoje se organizam de uma maneira muito diferente da época de Adam Smith, qualquer que seja o modelo de propriedade. No passado, as empresas em geral eram pequenas, com um local de produção e uma estrutura de comando simples, composta de poucos capatazes e trabalhadores comuns, e talvez um “encarregado”, como era chamado então o gerente contratado. Hoje diversas empresas são enormes, muitas vezes empregando dezenas de milhares de trabalhadores, ou mesmo milhões, no mundo todo. O Walmart emprega 2,1 milhões de pessoas, enquanto o McDonald’s, incluindo franquias,<sup>iv</sup> emprega cerca de 1,8 milhão de pessoas. Tais empresas têm estruturas internas intrincadas, constituídas de divisões, centros de lucro, unidades semiautônomas e sabe-se lá mais o quê, contratando gente com diversas especificações profissionais e vários níveis de remuneração, dentro de uma estrutura de comando complexa e burocrática.

### *Os trabalhadores também são diferentes*

Na época de Adam Smith, a maioria das pessoas *não* trabalhava para capitalistas como assalariados. A maior parte delas ainda trabalhava na agricultura, mesmo na Europa ocidental, onde o capitalismo era mais avançado.<sup>8</sup> Uma pequena minoria trabalhava como assalariada para capitalistas agrícolas, mas a maioria consistia em pequenos agricultores de subsistência ou de *arrendatários* (os que alugavam a terra e pagavam uma porcentagem da sua produção em troca) de *proprietários* aristocráticos.

Naquela época, mesmo muitos que trabalhavam para capitalistas não eram assalariados. Ainda existiam escravos. Tal como tratores ou animais de tração, os escravos eram meios de produção pertencentes a capitalistas, especialmente proprietários de grandes plantações no sul dos Estados Unidos, Caribe, Brasil e outras partes. Passaram-se duas gerações da publicação de *A riqueza das nações* (daqui em diante referido como ARN) para que a escravidão fosse abolida na Grã-Bretanha (1833). Quase um século depois de ARN e após uma sangrenta guerra civil é que a

escravidão foi abolida nos Estados Unidos (1862). O Brasil só a aboliu em 1888.

Embora muitos que trabalhavam para os capitalistas não recebessem salário, um grande número de trabalhadores assalariados hoje não seria autorizado a ser remunerado. Refiro-me às crianças. Poucos pensavam que havia algo errado com a contratação de crianças. Em seu livro de 1724, *Viagem por toda a ilha da Grã-Bretanha*, Daniel Defoe, autor de *Robinson Crusóé*, expressou sua satisfação com o fato de que em Norwich, na época um centro de tecelagem de algodão, “até as crianças depois de quatro ou cinco anos de idade podiam ganhar seu próprio pão”, graças à proibição de 1700 sobre a importação de chita, tecido indiano de algodão muito apreciado na época.<sup>9</sup> O trabalho infantil foi posteriormente restringido e depois proibido, mas isso ocorreu gerações após a morte de Adam Smith em 1790.

Hoje em dia, na Grã-Bretanha e em outros países ricos, a situação é completamente diferente.<sup>v</sup> As crianças não têm permissão para trabalhar, exceto por horas limitadas numa gama restrita de tarefas, como entregar jornais. Não há legalmente escravos. Dos trabalhadores adultos, cerca de 10% são *autônomos*, ou seja, trabalham por conta própria; de 15% a 25% trabalham para o governo, e os restantes são trabalhadores assalariados que trabalham para capitalistas.<sup>10</sup>

### *Os mercados mudaram*

Na época de Adam Smith, os mercados eram locais ou, no máximo, de âmbito nacional, exceto quando se tratava de mercadorias básicas comercializadas internacionalmente (por exemplo, açúcar, escravos ou especiarias) ou alguns poucos bens manufaturados (como seda, algodão e roupas de lã). Esses mercados eram alimentados por numerosas empresas de pequena escala, resultando no estado que os economistas de hoje chamam de *concorrência perfeita*, na qual nenhum vendedor sozinho é capaz de influenciar o preço. Para as pessoas da época de Smith, seria impossível até mesmo imaginar que uma empresa pudesse empregar o dobro da população de Londres (0,8 milhão em 1800), operando em territórios que superam os territórios coloniais britânicos do período (cerca de vinte) em seis vezes (o McDonald's opera em mais de 120 países).<sup>11</sup>

Hoje, a maioria dos mercados é dominada, e muitas vezes manipulada, por grandes empresas. Algumas delas são o único fornecedor (*monopólio*) ou mais tipicamente um dos poucos fornecedores (*oligopólio*) — e não apenas em nível nacional, mas cada vez mais em nível global. Por exemplo, a Boeing e a Airbus fornecem cerca de 90% das aeronaves civis do mundo. Uma empresa também pode ser a única compradora (*monopsônio*) ou uma das poucas compradoras (*oligopsônio*).

Ao contrário das pequenas empresas na época de Adam Smith, uma empresa monopolista ou oligopolista pode influenciar os resultados de mercado — elas têm o que os economistas chamam de *poder de mercado*. Uma empresa monopolista pode restringir deliberadamente sua produção a fim de aumentar os preços e maximizar o lucro. (Explico os pontos técnicos no capítulo 11 — fique à vontade para ignorá-los agora.) As empresas oligopolistas não podem manipular seus mercados tanto quanto uma empresa monopolista, mas podem conspirar de maneira deliberada para maximizar os lucros, não concorrendo com outras a preços mais baixos — é o chamado *cartel*. Como resultado, a maioria dos países hoje tem uma *lei da concorrência* (também chamada *lei antitruste*), a fim de combater tais *comportamentos anticompetitivos*. A lei pode exigir que um monopólio seja subdividido (por exemplo, como fez o governo norte-americano com a telefônica AT&T em 1984) e proibir o conluio entre empresas oligopolistas.

As empresas monopsonistas e oligopsonistas eram consideradas meras curiosidades teóricas há apenas algumas décadas. Hoje, algumas delas são até mais importantes do que as monopolistas e oligopolistas na formação da nossa economia. Ao exercer seus poderes como um dos poucos compradores de certos produtos, por vezes em escala global, empresas como Walmart, Amazon, Tesco e Carrefour exercem uma grande influência — por vezes até mesmo definidora — sobre o que é produzido onde, quem recebe uma fatia dos lucros e o que os consumidores estão comprando.

*O dinheiro — o sistema financeiro — também mudou*<sup>12</sup>

Hoje achamos normal que os países tenham apenas um banco que emite notas e moedas — ou seja, um *banco central*, o Federal Reserve Board dos Estados Unidos ou o Banco do Japão. Na Europa de Adam Smith, a

maioria dos bancos (e até mesmo alguns grandes comerciantes) emitia suas próprias notas de dinheiro. Estas não eram notas no sentido moderno. Cada nota era emitida para uma determinada pessoa, tinha um valor único e era assinada pelo funcionário do caixa que a emitia.<sup>13</sup> Foi apenas em 1759 que o Banco da Inglaterra começou a emitir notas de denominações fixas (no caso, a nota de dez libras; a de cinco libras veio só em 1793, três anos após a morte de Adam Smith). E foi só duas gerações depois de Smith (em 1853) que notas totalmente impressas começaram a ser emitidas, sem o nome do beneficiário e sem a assinatura do caixa emissor. Mas até mesmo as de denominações fixas não eram como as notas atuais, pois seus valores eram explicitamente vinculados a metais preciosos como o ouro ou a prata, que o banco emissor possuía. Isso se chama *padrão-ouro* (prata, ou outro).

O padrão-ouro (ou prata) é um sistema monetário em que o papel-moeda emitido pelo banco central pode ser trocado livremente por uma quantia específica (em gramas) de ouro (ou prata). Isso não significa que o banco central tenha que ter em reserva uma quantidade de ouro igual ao valor da moeda que emitiu; no entanto, a *convertibilidade* do papel-moeda em ouro obriga o banco central a manter uma grande reserva de ouro — por exemplo, o Federal Reserve dos Estados Unidos guardava uma quantia de ouro equivalente a 40% do valor da moeda emitida. O resultado é que o banco central tinha pouca latitude para decidir a quantidade de papel-moeda que poderia emitir. O padrão-ouro foi adotado pela primeira vez pela Grã-Bretanha em 1717 — por ninguém menos que Isaac Newton, então chefe do Royal Mint, ou a Casa da Moeda<sup>vi</sup> — e pelos demais países europeus na década de 1870. Tal sistema desempenhou um papel muito importante na evolução do capitalismo nas duas gerações seguintes, mas esse é um assunto para mais tarde (ver o capítulo 3).

Usar notas de papel-moeda é uma coisa, mas guardar dinheiro ou emprestar de um banco — ou seja, *serviços bancários* — é outra. Isso era menos desenvolvido ainda. Apenas uma pequena minoria tinha acesso aos serviços bancários. Três quartos da população francesa só tiveram acesso aos bancos na década de 1860 — quase um século depois da ARN. Mesmo na Grã-Bretanha, cujo setor bancário era muito mais desenvolvido do que o da França, a atividade bancária era altamente fragmentada, com diferentes taxas de juros dependendo da região do



país, já adentrado o século xx.

O *mercado de ações*, onde as ações das empresas são compradas e vendidas, já existia havia dois séculos ou mais na época de Adam Smith. Mas dado que poucas empresas emitiam ações (como já mencionei, havia poucas empresas de responsabilidade limitada), o mercado acionário continuou sendo uma arena secundária para o drama capitalista que se desdobrava. Pior, muitos consideravam o mercado de ações como pouco mais que antros de jogatina (alguns diriam que ainda são). A regulação era mínima e dificilmente aplicada; os corretores não eram obrigados a revelar informações sobre as empresas cujas ações vendiam.

Outros mercados financeiros eram ainda mais primitivos. O mercado de *títulos do governo*, isto é, notas promissórias que podem ser transferidas para qualquer um, emitidas pelo governo para tomar dinheiro emprestado, só existia em alguns países, como Grã-Bretanha, França e Holanda (é esse mesmo mercado que está no centro da crise do euro que vem abalando o mundo desde 2009). O mercado de *títulos corporativos* (notas promissórias emitidas por empresas) não estava muito desenvolvido, nem mesmo na Grã-Bretanha. Hoje temos uma indústria financeira altamente desenvolvida — alguns diriam excessivamente desenvolvida. Ela é constituída não só do setor bancário, dos mercados de ações e de títulos, como também cada vez mais dos mercados de derivativos financeiros (futuros, opções, *swaps*) e de uma sopa de letrinhas de produtos financeiros compostos, como MBS, CDO e CDS (não se preocupe, vou explicar tudo isso no capítulo 8). O sistema se apoia, em última análise, no banco central, que funciona como o *financiador de última instância* e empresta sem limites durante as crises financeiras, quando ninguém mais quer emprestar. De fato, a ausência de um banco central tornava a gestão do pânico financeiro muito difícil no tempo de Adam Smith.

Ao contrário da época de Smith, hoje temos muitas regras sobre o que os atores do mercado financeiro podem fazer — quantos múltiplos do seu capital social podem emprestar, quais informações as empresas que vendem ações precisam revelar sobre sua situação, que tipo de ativos diferentes as instituições financeiras estão autorizadas a deter (por exemplo, os fundos de pensão não têm permissão para aplicar em ativos de risco). Apesar disso, a multiplicidade e complexidade dos mercados financeiros dificultam a sua regulamentação — tal como aprendemos

desde a crise financeira global de 2008.

## Considerações finais: mudanças no mundo real e as teorias econômicas

Como esses contrastes mostram, o capitalismo passou por enormes alterações nos últimos dois séculos e meio. Alguns princípios básicos de Adam Smith continuam válidos, mas apenas num nível muito geral.

Por exemplo, a concorrência entre as empresas com fins lucrativos pode continuar sendo a força motriz do capitalismo, como no esquema de Smith. Mas isso não ocorre entre pequenas empresas anônimas, que aceitam o desejo dos consumidores e disputam entre si, aumentando a eficiência na utilização de uma dada tecnologia. Hoje, a concorrência se dá entre enormes empresas multinacionais, com a capacidade não apenas de influenciar os preços mas de redefinir as tecnologias num curto espaço de tempo (pense na batalha entre a Apple e a Samsung) e manipular os desejos dos consumidores por meio da imagem da marca e da publicidade.

Por melhor que seja uma teoria econômica, ela é específica do seu tempo e espaço. Assim, para aplicá-la de maneira produtiva é necessário ter um bom conhecimento das forças tecnológicas e institucionais que caracterizam os mercados, os setores e os países que tentamos analisar com a ajuda dessa teoria. É por isso que, se quisermos compreender as diferentes teorias econômicas em seus respectivos contextos, precisamos saber como o capitalismo evoluiu. É a isso que nos dedicaremos no próximo capítulo.

## DICAS DE LEITURA

---

CHANG, H.-J. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Londres: Anthem, 2002. [Ed. bras.: *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.]

HEILBRONER, R.; MILBERG, W. *The Making of Economic Society*, 13. ed. Boston: Pearson, 2012.

THERBORN, G. *The World: A Beginner's Guide*. Cambridge: Polity, 2011.

- 
- i O primeiro computador de Babbage se chamava “máquina diferencial”, dando o título para um dos clássicos romances de ficção científica do gênero *steam punk* de William Gibson e Bruce Sterling.
  - ii Na teoria econômica isso é conhecido como capital financeiro ou capital monetário.
  - iii Um pequeno número de empresas envolvido em empreendimentos arriscados de importância nacional, tais como a expansão colonial (como as Companhias das Índias Orientais da Grã-Bretanha e da Holanda), ou atividades bancárias de grande escala era autorizado a ser baseado em responsabilidade limitada.
  - iv As franquias são empresas independentes que usam a marca e os suprimentos de uma empresa maior, em vez de serem filiais operadas diretamente por essa empresa.
  - v Na maioria dos países em desenvolvimento, onde o capitalismo ainda é subdesenvolvido, a situação continua sendo não muito diferente do que era na Europa ocidental na época de Adam Smith. Nos países mais pobres ainda prevalece o trabalho infantil, e muita gente ainda arrenda terras de proprietários semifeudais. Nesses países, entre 30% e 90% da mão de obra pode ser de autônomos, muitos deles praticando a agricultura de subsistência.
  - vi Sim, o cientista, que também era alquimista e especulador do mercado de ações.

---

CAPÍTULO 3

# Como foi que chegamos aqui?

UMA BREVE HISTÓRIA DO CAPITALISMO

SRA. LINTOTT *Então, como você definiria a história, sr. Rudge?*  
RUDGE *Posso falar livremente, senhorita? Sem apanhar?*  
SRA. LINTOTT *Eu vou proteger você.*  
RUDGE *Como eu definiria a história? É aquela merda, só uma coisa depois da outra.*  
ALAN BENNETT, THE HISTORY BOYS

## Aquela merda, uma coisa depois da outra: para que serve a história?

Muitos leitores provavelmente se sentem em relação à história da mesma forma que o jovem Rudge em *The History Boys*, a peça de sucesso de Alan Bennett, filmada em 2006, sobre um bando de rapazes de Sheffield, inteligentes mas de origem humilde, tentando entrar em Oxford para estudar história.

Muitas pessoas consideram a *história econômica*, isto é, a história da evolução das nossas economias, inútil. Será que realmente precisamos saber o que aconteceu dois ou três séculos atrás para perceber que o livre-comércio promove o crescimento econômico, que os impostos elevados desencorajam a criação de riquezas, ou que reduzir a burocracia incentiva a atividade empresarial? Será que essas e todas as outras pérolas da sabedoria econômica do nosso tempo são proposições derivadas de teorias totalmente lógicas e confirmadas por uma quantidade de provas estatísticas contemporâneas?

A maior parte dos economistas concorda. A história econômica era disciplina obrigatória nos cursos de graduação em economia na maioria das universidades americanas até os anos 1980, mas hoje muitas nem sequer oferecem mais essa disciplina. Entre os economistas mais voltados para a teoria, há até mesmo uma tendência para considerar a história econômica, na melhor das hipóteses, uma distração inofensiva, como observar os trens que passam e, na pior das hipóteses, um refúgio para os que têm dificuldades intelectuais e não conseguem dar conta de assuntos “duros” como matemática e estatística.

No entanto, eu apresento aos meus leitores uma breve (quer dizer, não tão breve) história do capitalismo porque ter algum conhecimento dessa história é vital para uma plena compreensão dos fenômenos econômicos contemporâneos.

*A vida é mais estranha que a ficção: por que a história tem importância?*

A história afeta o presente — e não só porque é aquilo que veio antes do presente, mas também porque ela (ou melhor, o que pensamos que sabemos sobre ela) determina nossas decisões. Muitas recomendações de medidas práticas se baseiam em exemplos históricos, porque nada é tão eficaz quanto casos espetaculares da vida real, sejam bem-sucedidos ou não, para persuadir os outros. Por exemplo, os que promovem o livre-comércio sempre destacam que a Grã-Bretanha e depois os Estados Unidos se tornaram superpotências econômicas mundiais por meio do livre-comércio. Se eles percebessem que sua versão da história é incorreta (como mostrarei abaixo), poderiam não ter tanta convicção sobre suas recomendações, e também poderiam ter mais dificuldade para persuadir outros.

A história também nos obriga a questionar alguns pressupostos que tomamos como certos. Uma vez que você fica sabendo que muitas coisas que não podem ser compradas e vendidas hoje — como seres humanos (escravos), trabalho infantil, cargos no governo — costumavam ser perfeitamente vendáveis, você para de pensar que os limites do “livre mercado” são traçados por alguma lei eterna de ciência, e começa a ver que eles podem ser redesenhados. Quando você aprende que as economias capitalistas avançadas cresceram ao ritmo historicamente mais rápido entre as décadas de 1950 e 1970, quando havia muita regulamentação e impostos elevados, logo você descredita na opinião de que para promover o crescimento é preciso fazer cortes nos impostos e na burocracia.

A história é útil para realçar os limites da teoria econômica. A vida muitas vezes é mais estranha que a ficção, e a história apresenta muitas experiências econômicas bem-sucedidas (em todos os níveis — países, empresas, indivíduos) que não podem ser perfeitamente explicadas por uma teoria econômica. Por exemplo, se você lê apenas publicações como

*The Economist* ou *The Wall Street Journal*, só vai ouvir da política de comércio livre de Cingapura e de sua boa acolhida ao investimento estrangeiro. Isso pode fazê-lo concluir que o sucesso econômico de Cingapura prova que o livre-comércio e o livre mercado são os melhores sistemas para o desenvolvimento econômico — até que você fica sabendo que a quase totalidade das terras em Cingapura pertence ao governo, 85% da moradia é fornecida por uma agência governamental (o Conselho de Desenvolvimento Habitacional) e 22% da produção nacional vem de empresas estatais (a média internacional é cerca de 10%). Não há nenhuma teoria econômica — seja neoclássica, marxista, keynesiana, ou o que for — capaz de explicar o sucesso dessa combinação de livre mercado e socialismo. Exemplos como esse devem tornar o leitor mais cético sobre o poder das teorias econômicas e mais cauteloso em tirar conclusões de medidas práticas a partir delas.

Por fim, mas não menos importante, temos de considerar a história, porque temos o dever moral de evitar “experiências ao vivo” com as pessoas, tanto quanto possível. Desde o planejamento central no antigo bloco socialista (e a transição deste, chamada “Big Bang”, de volta ao capitalismo), passando pelos desastres das políticas de “austeridade” na maioria dos países europeus após a Grande Depressão, até o fracasso da “economia trickle-down”<sup>i</sup> nos Estados Unidos e no Reino Unido nas décadas de 1980 e 1990, a história está repleta de experiências políticas radicais que destruíram a vida de milhões, ou mesmo de dezenas de milhões de pessoas. Estudar a história não nos fará evitar por completo os erros no presente; mas devemos nos esforçar ao máximo para extrair lições da história antes de formular uma política que afetará a vida das pessoas.

Se você foi persuadido por algum dos pontos apresentados acima, leia, por favor, o restante do capítulo, que pode questionar muitos “fatos” históricos que você achava que sabia e, assim, transformar também a maneira como você entende o capitalismo, pelo menos um pouco.

## Tartaruga contra caracóis: a economia mundial antes do capitalismo

*A Europa ocidental crescia muito devagar...*

O capitalismo começou na Europa ocidental, especialmente na Grã-Bretanha e nos Países Baixos (hoje Holanda e Bélgica) por volta dos séculos XVI e XVII. Por que começou ali — e não, digamos, na China ou na Índia, que se comparavam à Europa ocidental no nível de desenvolvimento econômico até então — é tema de um velho e intenso debate. Explicações de todo tipo já foram identificadas, desde o desprezo da elite chinesa pelas atividades práticas (como comércio e indústria), a descoberta das Américas, até a distribuição das jazidas de carvão na Grã-Bretanha. Não precisamos nos deter nesse debate. O fato é que o capitalismo se desenvolveu pela primeira vez na Europa ocidental.

Antes do surgimento do capitalismo, as sociedades da Europa ocidental, como todas as outras sociedades pré-capitalistas, mudavam muito lentamente. A sociedade se organizava basicamente em torno da agricultura, que utilizou praticamente as mesmas tecnologias durante séculos, com algum comércio e indústrias de bens manufaturados.

Entre os anos 1000 e 1500, a Idade Média, a *renda per capita* na Europa ocidental cresceu a 0,12% ao ano.<sup>14</sup> Isso significa que a renda per capita em 1500 era apenas 82% maior do que no ano 1000. Para colocar o fato em perspectiva, é uma taxa de crescimento que a China, a 11% ao ano, apresentou em apenas seis anos, entre 2002 e 2008. Isso significa que, em termos de progresso material, um ano na China de hoje equivale a 83 anos na Europa ocidental medieval (o equivalente a três vidas e meia na era medieval, quando a expectativa média era de apenas 24 anos).

*... mas mesmo assim seu crescimento foi mais rápido do que o do resto do mundo*

Mesmo assim, a Europa ocidental foi uma velocista em termos de crescimento em comparação com o da Ásia e da Europa oriental (incluindo a Rússia), os quais, pelas estimativas, tiveram um terço dessa taxa (0,04%). Isso significa que a renda da população era apenas 22% maior depois de meio milênio. A Europa ocidental podia caminhar como uma tartaruga, mas as outras partes do mundo avançavam como caracóis.

## A aurora do capitalismo: 1500-1820



## *Nasce o capitalismo — em câmera lenta*

No século XVI nasceu o capitalismo. Mas seu nascimento foi tão lento que não podemos detectá-lo facilmente a partir de números. No período 1500-1820, a taxa de crescimento da renda per capita na Europa ocidental ainda era de apenas 0,14%, ou seja, quase igual à do período 1000-1500 (0,12%).

Na Grã-Bretanha e na Holanda houve uma visível aceleração do crescimento no final do século XVIII, em especial em setores como tecido de algodão e ferro.<sup>15</sup> Assim, no período 1500-1820, a Grã-Bretanha e a Holanda alcançaram taxas de crescimento econômico per capita de 0,27% e 0,28% ao ano, respectivamente. São taxas muito baixas para os padrões modernos, mas eram o dobro da média da Europa ocidental. Por trás desse fato há diversas mudanças.

### *Surgimento de novas ciências, tecnologias e instituições*

Primeiro veio a mudança cultural em favor de abordagens mais “racionais” para a compreensão do mundo, o que promoveu a ascensão da matemática e das ciências modernas. Muitas dessas ideias foram inicialmente tomadas de empréstimo do mundo árabe e da Ásia,<sup>16</sup> mas nos séculos XVI e XVII os europeus ocidentais começaram a acrescentar suas próprias inovações. Os pais fundadores da ciência e da matemática modernas, como Copérnico, Galileu, Fermat, Newton e Leibniz, são dessa época. Esse desenvolvimento da ciência não afetou de imediato a economia, porém mais tarde permitiu a sistematização do conhecimento, tornando as inovações tecnológicas menos dependentes dos cientistas individuais e, portanto, mais facilmente transferíveis. Isso incentivou a difusão de novas tecnologias e, assim, o crescimento econômico.

O século XVIII viu surgirem várias novas tecnologias que anunciaram o advento de um sistema de produção mecanizada, especialmente nos setores dos têxteis, siderurgia e produtos químicos.<sup>ii</sup>

Tal como na fábrica de alfinetes de Adam Smith, uma divisão de trabalho mais minuciosa ia se desenvolvendo, com o uso de linhas de montagem contínua se propagando desde o início do século XIX. No

surgimento dessas novas tecnologias de produção, uma motivação essencial foi o desejo de aumentar a produção, a fim de vender mais e assim obter mais lucro — em outras palavras, a disseminação do modo de produção capitalista. Como argumentou Smith na sua teoria da divisão do trabalho, o aumento da produção possibilitava uma maior subdivisão das tarefas, o que aumentou a produtividade e, portanto, o volume produzido, dando início a um “círculo virtuoso” entre o crescimento da produção e o aumento da produtividade. Novas instituições econômicas surgiram para acomodar as novas realidades da produção capitalista. Com a difusão das transações de mercado, os bancos evoluíram para facilitá-las. A aparição de projetos de investimento exigindo um capital para além das posses até dos indivíduos mais ricos levou à invenção da *sociedade anônima*, ou sociedade de responsabilidade limitada, e, assim, ao mercado de ações.

### *Começa a expansão colonial*

Os países da Europa ocidental começaram a se expandir rapidamente a partir do início do século xv. Conhecida eufemisticamente como a “Era dos Descobrimentos”, essa expansão envolveu expropriar das populações nativas terras, recursos e pessoas para o trabalho, por meio do colonialismo.

Começando com Portugal na Ásia e a Espanha nas Américas a partir do final do século xv, os países da Europa ocidental se expandiram brutalmente. Em meados do século xviii a América do Norte foi dividida entre a Grã-Bretanha, a França e a Espanha. A maioria dos países latino-americanos foi governada pela Espanha ou por Portugal até os anos 1810 e 1820. Partes da Índia eram governadas pelos britânicos (principalmente Bengala e Bihar), pelos franceses (a costa sudeste) e pelos portugueses (várias áreas costeiras, em especial Goa). A Austrália começava a ser colonizada nessa época (a primeira colônia penal foi fundada em 1788). Quanto à África, boa parte ainda não tinha sido muito afetada, com pequenas colônias ao longo da costa dominadas pelos portugueses (as ilhas, antes desabitadas, de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e pelos holandeses (Cidade do Cabo, na África do Sul, no século xvii).

O colonialismo era executado segundo princípios capitalistas. Simbolicamente, até 1858 o domínio britânico na Índia era na verdade

gerido por uma empresa (a Companhia das Índias Orientais), e não pelo governo. Essas colônias trouxeram novos recursos para a Europa. As primeiras expansões foram motivadas pela busca de metais preciosos para usar como dinheiro (ouro e prata) e especiarias (principalmente pimenta-do-reino). Com o tempo, as plantações que utilizavam escravos, sobretudo cativos da África, se estabeleceram nas novas colônias — em especial nos Estados Unidos, Brasil e no Caribe — para cultivar e trazer para a Europa novas culturas, como cana-de-açúcar, borracha, algodão e tabaco. Algumas culturas naturais do Novo Mundo passaram a ser cultivadas na Europa e em outros lugares e se tornaram alimentos básicos. É difícil imaginar uma época em que os ingleses não tinham suas batatas, os italianos viviam sem tomate e polenta (feita de milho) e os indianos, tailandeses e coreanos não comiam nada de pimenta.

### *O colonialismo deixa cicatrizes profundas*

Há um longo debate para saber se o capitalismo poderia ter se desenvolvido sem os recursos coloniais dos séculos XVI a XVIII — os metais preciosos para se usar como moeda, novas fontes de alimento, como a batata e o açúcar, e insumos industriais, como o algodão.<sup>17</sup> Ainda que não haja dúvida de que os colonizadores se beneficiaram muitíssimo com tais recursos, esses países provavelmente teriam desenvolvido o capitalismo mesmo sem eles. Não se questiona, porém, que o colonialismo devastou muitas sociedades colonizadas.

As populações nativas foram exterminadas ou expulsas para as margens. Sua terra e os recursos acima e debaixo dela foram tomados e levados embora. A marginalização da população indígena foi tão extensa que Evo Morales, presidente da Bolívia eleito em 2006, é apenas o segundo chefe de Estado oriundo da população indígena das Américas desde que os europeus chegaram em 1492 (o primeiro foi Benito Juárez, presidente mexicano de 1858 a 1872).

Milhões de africanos — 12 milhões é uma estimativa comum — foram capturados e vendidos como escravos, tanto pelos europeus como pelos árabes. Isso foi não só uma tragédia para os que se tornaram escravos (caso sobrevivessem à hedionda viagem de navio) mas também retirou de muitas sociedades africanas a população trabalhadora e destruiu seu tecido social. Foram criados novos países a partir do nada, com fronteiras